

# STF retoma caso da vida toda

Desta vez Supremo vai avaliar recurso do Ipreprev contra decisão da própria Corte que derrubou tese em março

DEBRAS/ÁLIA

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, pautou um recurso do Instituto de Estudos Previdenciários (Ipreprev) contra a decisão que anulou a revisão da vida toda dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O julgamento será realizado no plenário virtual entre os próximos dias 23 e 30.

Em dezembro de 2022, o STF validou por seis a cinco a revisão da vida toda, dando vitória aos aposentados. A União estimou impacto de até R\$ 480 bilhões para as contas públicas, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A tese da revisão da vida toda diz que o segurado tem direito de optar pela regra mais vantajosa: seja a de transição, que contabilizava salários a partir de 1994, seja a geral, que considera todas as contribuições.

A anulação da decisão anterior foi feita por via indireta, por meio de julgamento sobre uma regra de transição para o cálculo das apo-



Sede do INSS: Ipreprev diz que STF foi omissivo ao não se manifestar sobre julgamento de dezembro de 2022

sentadorias, em março último. O STF decidiu que, com base no julgamento que declarou a constitucionalidade da regra de transição para o cálculo do benefício, o segurado não pode

optar pela regra que lhe for mais favorável.

O Ipreprev argumentou na Justiça que o STF foi omissivo ao deixar de se manifestar sobre os efeitos da decisão de março sobre a posi-

ção tomada em 2022. O instituto também pede que o direito à revisão seja preservado para quem já tinha ações ajuizadas até a data da publicação do acórdão do julgamento,

em 21 de março.

A entidade contesta o impacto alegado pela União. De acordo com estudos de economistas Thomas Conti, Luciana Yeunge Luciano Timm para o Ipreprev, o efeito mais provável seria de R\$ 1,5 bilhão ou, na pior das hipóteses, R\$ 3,1 bilhões.

A integridade financeira do sistema previdenciário foi um dos pontos destacados nos votos dos ministros que votaram pela anulação da tese, como Luís Roberto Barroso e Cristiano Zanin.

Em junho, a Advocacia-Geral da União (AGU) argumentou em relação ao recurso do Ipreprev que a decisão favorável aos aposentados, de dezembro de 2022, "ainda não transitou em julgado (sentença definitiva), de sorte que não se vislumbra qualquer ameaça à segurança jurídica".

A AGU também citou estudo mais recente, com o qual o custo da revisão seria de R\$ 70 bilhões. (Estadão Conteúdo)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

**Seção:** Economia **Caderno:** B **Página:** 2